

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.385 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 2001

Relatório sobre reforma do Judiciário sai no dia 30

Bernardo Cabral anuncia que apresentará suas conclusões à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no final do mês. Amanhã a comissão ouve, sobre o assunto, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil

PÁGINA 5

Indenização pode excluir benfeitoria com dinheiro público

O Senado vota na quarta-feira projeto estabelecendo que, na desapropriação para reforma agrária, será excluído da indenização o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos.

PÁGINA 3

Proposta torna inelegível quem tiver contas rejeitadas

Está na ordem do dia do Senado para quarta-feira projeto que impede a posse de candidatos que tiverem suas contas rejeitadas pela Justiça Eleitoral, tornando-os inelegíveis por três anos.

PÁGINA 3

Plenário vota seguro-garantia para construção de imóveis

Projeto do senador Edison Lobão foi inspirado nas dificuldades enfrentadas por 42 mil mutuários após a falência da construtora Encol. Segundo o autor, a falta de mecanismo desse tipo põe em risco todas as instituições que operam no setor imobiliário.

PÁGINA 3



Senadores devem também examinar, na quinta-feira, proposta de emenda à Constituição que determina o confisco de terras onde houver mão-de-obra escrava



CAS

Na pauta, transporte para paciente do SUS

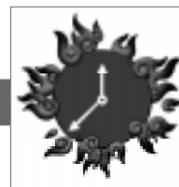
PÁGINA 3



CAE/CRE

Embaixadores debatem adesão do Brasil à Alca

PÁGINA 4



INFRA-ESTRUTURA

Projeto tira Goiás, Tocantins e DF do horário de verão

PÁGINA 5

Nabor defende aprovação de orçamento impositivo

Senador pede pressa no exame de projeto que obriga o governo a executar a programação votada pelo Congresso Nacional

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu na sexta-feira, da tribuna do Senado, maior rapidez do Congresso na apreciação da proposta de emenda à Constituição de autoria do senador José Alencar (PL-MG) que transforma o Orçamento da União de autorizativo



Nabor diz que hoje esforço para aprovar emendas é frustrado

em impositivo. Com essa modificação, o governo seria obrigado a executar a programação orçamentária aprovada pelo Legislativo, garantindo-se a liberação dos recursos previstos.

Atualmente, segundo Nabor Júnior, há um grande esforço dos parlamentares na tentativa de aprovar emendas individuais ou coletivas para beneficiar suas regiões, estados e municípios, mas, ao final, tem-se todo o trabalho frustrado pela não liberação dos recursos previstos na lei orçamentária.

O senador disse que os parlamentares que integram a bancada do Acre (oito deputados federais e três senadores) realizaram reunião nesta semana, com a participação do governador Jorge Viana, dos 22

prefeitos do estado e do presidente do Tribunal de Justiça, para definir as emendas coletivas da bancada que serão apresentadas ao Orçamento da União para 2002. Na ocasião, Nabor Júnior foi escolhido para coordenador da bancada acreana ao longo do próximo ano.

Ao todo, explicou Nabor, foram elaboradas 15 emendas ao Orçamento de 2002 para beneficiar vários projetos no Acre, nas áreas de saneamento básico, saúde, educação e infraestrutura, principalmente.

LIBERAÇÕES

A bancada acreana esteve também esta semana com o secretário-geral da Presidência da República, ministro Aluísio Nunes Ferreira, que garantiu, em nome do presidente Fernando Henrique, uma definição até o final de outubro sobre o volume de recursos e os itens que serão liberados para a execução orçamentária deste ano relativos às emendas parlamentares. O senador disse que a situação é preocupante pela proximidade da estação de chuvas no Norte, que

vai de novembro a março, período durante o qual não se pode realizar nenhuma obra.

Segundo Nabor, no que se refere ao Orçamento da União de 2001, o Ministério dos Transportes recebeu uma dotação de R\$ 2 bilhões. Apenas 10% desse total foram liberados até agora. Para ele, o exemplo demonstra a necessidade de se ter no País um orçamento da União impositivo, e não meramente autorizativo (pelo qual o governo é autorizado, mas não obrigado a gastar a dotação prevista).

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou a iniciativa de Nabor Júnior, ressaltando que a não liberação dos recursos orçamentários previstos é um ato de irresponsabilidade. A execução orçamentária, para ele, pode ter alguma flexibilidade, em torno de 5%, 10%, e até de 20%, na pior das hipóteses. Mas chegar à situação de hoje, com 80% a 90% das propostas orçamentárias sem execução, é, em sua avaliação, inadmissível.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) também elogiou o pronunciamento de Nabor Júnior e reconheceu a necessidade de o Congresso definir-se logo pela imposição orçamentária.

Comissões definem emendas à proposta orçamentária

As comissões permanentes do Senado reúnem-se nos próximos dias para decidir as emendas que apresentarão ao projeto do Orçamento 2002, em tramitação no Congresso. Pelas normas que regem a Comissão Mista de Orçamento, o projeto orçamentário pode receber emendas individuais dos parlamentares e emendas coletivas, estas apresentadas pelas comissões permanentes da

Câmara e do Senado e pelas bancadas estaduais.

Tradicionalmente, as emendas individuais procuram beneficiar projetos ou programas desenvolvidos nas bases eleitorais dos parlamentares. Já as emendas de comissões procuram ajudar programas ou projetos de interesse nacional, enquanto as bancadas estaduais dão prioridade a obras de importância em cada

estado.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Comissão de Educação (CE) marcaram suas reuniões para amanhã. A reunião da CAS será às 10h e a da CE no final do dia, após as votações do Plenário do Senado. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) também se reúne amanhã para discutir e votar suas emendas ao Orçamento.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 7/2001, acrescenta o parágrafo 3º ao art. 50 da Constituição federal (dispõe sobre o acesso a informações e documentos sigilosos); PLS nº 543/99, dispõe sobre o seguro-garantia; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviço de radiodifusão sonora; e Requerimentos nºs 529/01, do senador Romeu Tuma, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre a regularidade fiscal e possíveis processos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da empresa Fazendas Reunidas Boi Gordo e 550/01, da senadora Marina Silva, solicitando que sejam fornecidas, pelo ministro da Fazenda, listas de todas as operações de financiamento externo, excetuando as originárias de organismos multilaterais (Bird, BID, FMI, CFI), realizadas com o setor privado brasileiro, superiores a US\$ 10 milhões, de 1995 até a presente data.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros, votação, em primeiro turno, da PEC nº 12/01, dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros, primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo).

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros, PLC nº 87/01, dispõe sobre o quadro de pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

10h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: discussão e votação das emendas ao Orçamento 2002. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: entre outros, emendas ao substitutivo ao PLC nº 105/96 (tramitando em conjunto com o PLS 154/97), dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

14h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: entre outros, discussão e votação das emendas ao Orçamento 2002. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13*

17h – Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Audiência pública sobre o tema Alca – A Retomada de uma Agenda, com a participação dos embaixadores Rubens Ricúpero, Samuel Pinheiro Guimarães e José Alfredo Graça Lima. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

17h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: discussão e votação das emendas para o Orçamento 2002. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

17h30 – CPI das ONGs

Pauta: Depoimento do deputado Sérgio Carvalho, relator da CPI da Grilagem de Terras na Amazônia, da Câmara dos Deputados. *Ala Senador Nilo Coelho, Sala 2*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: discussão e votação de emendas para o Orçamento 2002; e audiência pública com a participação dos procuradores da República Guilherme Schelb, Ubiratan Cazeta, Felício Pontes Júnior e Marlon Alberto Weichert, para prestarem esclarecimentos sobre as investigações a cerca dos desaparecidos políticos na denominada Guerrilha do Araguaia, atendendo requerimento do senador Pedro Simon. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*

Após Ordem do Dia – Comissão de Educação

Pauta: discussão e votação das emendas para o Orçamento 2002. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

18h – Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: discussão e votação das emendas para o Orçamento 2002. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Maria do Carmo Alves apresentou, na CCJ, parecer favorável à proposta

Plenário analisa emenda sobre classificação de documentos

Em primeiro turno, o Senado vota na quarta-feira, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) determinando que as informações prestadas pelo governo ao Legislativo deverão ser classificadas, pela autoridade responsável por sua remessa, como secretas, confidenciais ou reservadas.

A emenda será votada de acordo com substitutivo que a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) apresentou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta estabelece também que a inobservância, por parte do destinatário, do caráter sigiloso da informação prestada sujeitará o infrator a pena de responsabilidade.

Moreira Mendes disse que emenda originou-se da preocupação com o fato de que, se revelar informações sigilosas, o parlamentar incide na sanção da perda temporária do mandato, quando não sofrer punição mais grave. No entanto, observa ele, muitas vezes o que chega às mãos do parla-

mentar como reservado é, por princípio constitucional, informação de natureza pública.

Também em primeiro turno, na quarta-feira, o Senado vota proposta de emenda à Constituição do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destinada a tornar o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste permanentes na estrutura jurídica brasileira. O texto tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Amanhã, o Senado vota requerimento em que a senadora Marina Silva (PT-AC) solicita ao Ministério da Fazenda a lista das operações de financiamento externo realizadas pelo setor privado brasileiro.

Na quinta-feira, o Plenário inicia a discussão, em segundo turno, de proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que confisca terras onde se explore trabalho escravo, destinando-as à reforma agrária e priorizando o assentamento dos colonos ali explorados, sem qualquer indenização ao dono.

Rejeição de contas pode tornar candidato inelegível

Projeto que torna inelegíveis as pessoas que tiverem contas rejeitadas pela Justiça Eleitoral deverá ser votado nesta quarta-feira pelo Plenário. A proposta, além de impedir a posse de candidatos com contas rejeitadas, os proíbe de participar das eleições que se realizarem nos três anos seguintes. Segundo o autor do projeto, senador Moreira Mendes (PFL-RO), o objetivo é obrigar a observância das regras relativas às prestações de conta. O projeto tem parecer favorável do senador Álvaro Dias (PDT-PR).

Outro item da pauta é o projeto que regula a indenização nos casos de acidentes com rejeitos radioativos. A proposta, de origem



Relator Álvaro Dias é favorável à aprovação do projeto, de autoria de Moreira Mendes

da Câmara dos Deputados, também trata da construção, licenciamento e operação dos depósitos deste tipo de material.

Senado vota seguro-garantia para imóveis em construção

Projeto de Edison Lobão, que recebeu substitutivo de Bernardo Cabral, garante cumprimento de obrigação decorrente de lei ou contrato

O Plenário vota amanhã projeto de lei que cria um seguro-garantia compulsório para as atividades do incorporador e do construtor de imóveis. A proposta, de iniciativa do senador Edison Lobão (PLF-MA), foi inspirada na "afitiva situação" em que ficaram os 42 mil mutuários da Encol quando da insolvência daquela empresa.

De acordo com Lobão, a inexistência de mecanismos que preservem os recursos aplicados na compra de imóveis cria um perigoso risco sobre todo o conjunto das instituições que operam no setor imobiliário, no caso de falência da incorporadora. Ele observa que existe a possibilidade efetiva de retração nas atividades do setor.

O senador disse que esse segu-



Lobão apresentou a proposta inspirando-se na "afitiva situação" dos 42 mil mutuários da Encol

ro-garantia, centenário no mundo e ainda sem legislação própria no Brasil, garante a realização de obrigação decorrente de lei ou contrato, na forma em que for assumida. Ele se aplica às licitações e aos contratos públicos, quer se

trate de executar obras, fornecer bens ou prestar serviços.

Conforme Edison Lobão, o seguro-garantia se aplica também às relações contratuais privadas, nas mesmas modalidades de fazer, entregar e servir. Trata-se de um risco assumido pela seguradora, em nome do contratado, que ela honrará caso este se torne inadimplente, vindo a causar prejuízo ao contratante.

Em defesa do projeto, o senador também afirma que o seguro-garantia poderá ser utilizado nas operações alfandegárias, visto ser útil na agilização dos trâmites burocráticos da Receita Federal, constituindo garantia dos termos de compromisso em importações temporárias. O projeto será votado nos termos de substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Proposta exclui benfeitorias de indenização

Para esta quarta-feira está prevista a votação de projeto de lei da Câmara dos Deputados que exclui do cálculo da indenização a ser paga por desapropriações para fins de reforma agrária o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos.

De acordo com o projeto, serão indenizadas apenas as benfeitorias executadas pelo desapropriado, desde que feitas com recursos próprios ou provenientes de financiamento.

A proposta determina ainda que, do valor da indenização,

serão descontados os valores corrigidos de eventuais débitos junto a instituições financeiras públicas federais, provenientes de financiamentos realizados para a implantação de benfeitorias nas terras que são objeto da desapropriação.

Projeto obriga SUS a cobrir despesas com transporte

O Sistema Único de Saúde (SUS) deverá cobrir as despesas de transporte, de ida e volta, alimentação e estadia aos pacientes que, por inexistência, insuficiência ou carência de serviços de saúde do local de seu domicílio, requeiram remoção para localidades dotadas de centros de assistência à saúde mais avançados. Isso é o que prevê projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que a Comissão de Assuntos Sociais examinará nesta quarta-feira, às 9h.

As despesas previstas pelo projeto serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos estados, Distrito Federal e dos municípios. Se a proposta for aprovada, fica detalhada e legalmente assegurada a abrangência sugerida na Lei Orgânica da Saúde, que muitas autoridades têm receio de aplicar.

Marina Silva argumenta que

a universalização do acesso aos benefícios da saúde pública foi um dos pontos altos da Constituição de 88, mas as pessoas que moram em regiões isoladas enfrentam o problema da falta de bons hospitais em suas regiões. O projeto resolverá o problema dos deslocamentos dos doentes, prevendo que o SUS também pagará transporte, estadia e alimentação de acompanhante de crianças doentes ou pacientes paralisados, em coma ou portadores de deficiências mentais.

Na mesma reunião da CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), será discutido projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que determina às companhias aéreas a redução de 50% no preço das passagens destinadas a pessoas com mais de 60 anos de idade.

Também serão votadas pela CAS



CAS também votará projeto de Ramez Tebet que garante desconto em passagens para idosos

emendas apresentadas a projetos dos senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Marluce Pinto (PMDB-RR) que estendem às mulheres empregadas, inclusive domésticas, a licença-maternidade de 120 dias quando elas adotarem ou obtiverem a guarda judicial de crianças com até 5 anos de idade. Os projetos prevêem que, se a criança adotada tiver mais de 5 anos, a licença-maternidade será de 30 dias.

Jucá elogia promoção de produtos do país

A partir dos dados constantes do relatório de atividades de 2000 elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial (Decom), autarquia do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a "política agressiva" que o governo tem procurado desenvolver para promover produtos brasileiros no mercado externo. O Decom, disse o senador, tem estabelecido salvaguardas, como a defesa contra surtos de importações ou contra práticas desleais, como *dumping* e subsídios, e representado os interesses nacionais em investigações promovidas no exterior contra produtos brasileiros. Jucá informou que entre 1988 e 2000 foram concluídas 136 investigações de alta complexidade, que resultaram em 52% de aplicação das medidas propostas. De acordo com o relatório do Decom, "esse índice demonstra de forma inequívoca a imparcialidade com que as investigações são conduzidas, e a estrita observância dos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa nos processos administrativos da defesa comercial".

Ao longo desse período, destacou Jucá, as investigações abertas pelo Brasil contra subsídios ilegais e prática de *dumping* envolveram 53 países, e as 71 medidas aplicadas afetaram 34 desses países. Em termos setoriais, 35% das investigações referiam-se a produtos das áreas química, petroquímica e de borracha; 25%, a produtos de metalurgia e siderurgia; 14%, à agroindústria; 14%, a bens de capital e outros bens acabados; e 12%, a artigos intermediários e manufaturados. No ano passado, isoladamente, foram abertas várias investigações por denúncia de *dumping* e concluídas 17, das quais nove resultaram em aplicação de medidas *antidumping* definitivas — concluiu.

Marina quer informações sobre financiamento externo

Senadora pretende obter lista de todas as operações superiores a US\$ 10 milhões realizadas pelo setor privado desde 1995

O Senado vota amanhã requerimento em que a senadora Marina Silva (PT-AC) solicita ao Ministério da Fazenda a lista de todas as operações de financiamento externo realizadas, de 1995 para cá, pelo setor privado brasileiro, superiores a US\$ 10 milhões. Excetuam-se desse pedido as operações originárias de organismos multilaterais, como Bird, BID e FMI.

O requerimento pede que o ministério especifique essas informações da seguinte forma: a in-



Marina Silva diz que houve invasão do mercado nacional por produtos importados

tituição que concedeu o crédito, discriminada por país; o valor individual das operações; a síntese dos contratos de cada operação; o tipo e descrição das importações condicionadas a cada crédito; a que projetos foram destinados os financiamentos contratados e sua localização e

objetivos.

Apesar de louvar o papel do investimento estrangeiro no desenvolvimento econômico brasileiro, Marina disse que o que ocorreu nos últimos anos foi a invasão do

mercado nacional por produtos importados de todos os tipos, afetando negativamente a capacidade produtiva local, ocasionando quebras de empresas e perda de postos de trabalho, além de causar impacto negativo no meio ambiente.

Na opinião da senadora, manter como sigilosas ou de difícil acesso informações de suma importância por seu impacto na economia, no meio ambiente e na vida de cada brasileiro, embora essas informações estejam disponíveis no exterior, é não apenas inadmissível como contrário às garantias constitucionais. Na CCJ, o parecer do senador Bello Parga (PFL-MA) foi favorável à aprovação do requerimento.

Patrocínio defende esforço nacional para substituição de importações

Um esforço nacional para substituir as importações e equilibrar a balança comercial do país foi defendido em Plenário, na sexta-feira, pelo senador Carlos Patrocínio (PTB-TO). Ele elogiou a iniciativa do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, que anunciou uma campanha para promover os produtos nacionais. O senador aplaudiu também a informação divulgada pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) de que devem diminuir em até 40% as importações no período de fim de ano, que inclui as compras de Natal.

Carlos Patrocínio saudou ainda o anúncio, feito pelo ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, de que mais 2% de álcool hidratado serão adicionados à

gasolina vendida no Brasil. Para o senador, a notícia é positiva, já que beneficia os produtores de álcool. Atualmente, o percentual total de álcool hidratado no combustível é de 22%. O parlamentar defendeu estímulos para o setor e lembrou o caso de uma usina de Catende (PE) que estava fechada e foi reativada, com sucesso, por uma cooperativa de antigos funcionários.

Patrocínio defendeu o aproveitamento da indústria canieira para a renovação da matriz energética brasileira. Segundo ele, é inaceitável o desperdício das



Carlos Patrocínio defende estímulo ao setor canieiro

fontes alternativas de energia elétrica, entre as quais a cultura de cana-de-açúcar.

O parlamentar enumerou produtos nacionais de qualidade, como o "bacalhau da Amazônia" — o pirarucu, da Região Norte, que já tem sido incluído em projetos de piscicultura —, a castanha-do-pará, o queijo e o azeite. Apontou também para as boas safras de vinho produzidas no Rio Grande do Sul e no Nordeste, e lamentou o baixo custo do litro de leite, que está sendo vendido por apenas R\$ 0,13, o que prejudica os produtores.

Embaixadores falam sobre adesão à Alca

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúnem-se conjuntamente amanhã para dar prosseguimento à série de audiências públicas sobre a retomada da agenda para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Serão ouvidos os embaixadores Rubens Ricúpero, Samuel Pinheiro Guimarães e José Alfredo Graça Lima.

Requerimento de audiências públicas a respeito da Alca, apresentado pelo senador José Eduardo

Dutra (PT-SE) e aprovado em abril deste ano, prevê outras reuniões conjuntas da CAE e da CRE. Serão convidados a participar do debate o ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, e o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio Ernesto de Salvo, entre outros.

A CAE é presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e a CRE pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Aposentadoria por doença hepática pode isentar de IR

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina amanhã, em caráter terminativo, projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que prevê isenção do pagamento de Imposto de Renda para quem foi aposentado por ser portador de doenças hepáticas graves (fígado) ou por fibrose cística (pâncreas ou pulmões). Atualmente, não pagam IR os aposentados por várias outras doenças, como Aids, cardiopatias graves, câncer, cegueira e transtornos mentais.

A matéria tem parecer favorável do senador Arlindo Porto (PTB-MG). Pelo texto, o benefício será concedido com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

A CAE examina ainda dois projetos de lei que dispõem sobre o destino dos recursos obtidos com a privatização de empresas estatais. Os projetos, de autoria dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que estão tramitando em conjunto e em caráter terminativo, estabelecem a obrigatoriedade da aplicação em programas sociais dos recursos arrecadados em moeda corrente com a privatização.

Ambos têm parecer contrário do relator, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), que decidiu pela rejeição dos projetos baseado na lei que normatiza o Programa Nacional de Desestatização. Segundo ele, a lei estabelece que a destinação prioritária dos recursos é a quitação de dívidas vencidas e vincendas perante a União (INSS e tributos em geral). "Acreditamos ainda que não se deve cristalizar na lei a destinação dos recursos da privatização, uma vez que engessaria essa política. Além disso, poderia trazer danos aos próprios setores que se deseja beneficiar, pois, com as restrições fiscais hoje existentes, poder-se-ia substituir recursos orçamentários por recursos da privatização, que são intermitentes", assinala o relator em seu parecer.



Arlindo Porto deu parecer favorável ao projeto de isenção

Relatório da reforma do Judiciário sai este mês

Anúncio foi feito por Bernardo Cabral, ao comunicar a realização de audiência amanhã com participação do presidente nacional da OAB

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou na sexta-feira, em discurso no Plenário, que apresentará no próximo dia 30 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu relatório sobre a proposta de reforma do Judiciário. Ele informou que o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Rubens Ap-robato, comparecerá amanhã à CCJ, para participar de debate sobre a matéria.



Segundo Bernardo Cabral, relator da proposta, população reclama da lentidão da Justiça e do formalismo processual

A proposta original de reforma do Judiciário foi apresentada na Câmara pelo então deputado Hélio Bicudo, e aprovada

naquela Casa no ano passado por meio de substitutivo elaborado pela deputada Zulaiê Cobra.

Bernardo Cabral, que é pre-

sidente da CCJ, destacou a colaboração que recebeu de magistrados, advogados e representantes do Ministério Público, para que se faça uma reforma que seja conjuntural, e não estrutural".

Ele afirmou que o que "a população mais reclama é da lentidão da Justiça e do formalismo processual".

— É preciso que se destaque, para que o povo tome conhecimento, que essa reforma constitucional, pela via competente, não resolverá os problemas da Justiça. Só com a legislação infraconstitucional — e aí os chamados procedimentos processuais — é que será possível atacar o problema maior que acomete a Justiça, que é a sua lentidão — afirmou.

Criação de controle externo gera polêmica

A proposta de reforma do Judiciário aprovada pela Câmara dos Deputados em junho de 2000 foi resultado de oito anos de discussão. Um dos pontos considerados mais polêmicos do substitutivo da deputada Zulaiê Cobra (PSDB) à proposta original do então deputado Hélio Bicudo é a criação do Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo controle externo do Judiciário. Composto por 15 membros, o conselho deverá abrigar representantes da magistratura, do Ministério Público, dos advogados e da sociedade civil, estes últimos indicados pelo Congresso Nacional.

Outro mecanismo de controle da Justiça previsto é a criação de ouvidorias estaduais, que funcionariam como órgãos independentes coletores de denúncias de possíveis irregularidades. As ouvidorias serão uma espécie de

frente avançada dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, nos estados. Abre uma possibilidade de serem feitas denúncias envolvendo juízes.

A discussão da proposta na Câmara demonstrou a complexidade do assunto. Outro ponto que levantou muita polêmica, e que será novamente discutido no Senado, é o relacionado ao nepotismo (contratação de parentes para cargos públicos). O Plenário da Câmara rejeitou a proibição. O senador Roberto Freire (PPS-PE) já apresentou dois projetos de lei propondo o fim do nepotismo. Outro item que deve gerar controvérsia é a chamada "lei da mordaza", dispositivo presente no substitutivo que impede os magistrados de emitir opiniões durante o curso dos processos.

O Senado também terá de se pronunciar sobre outras modificações na legislação, como o fim

do recesso anual na Justiça, as chamadas férias forenses e o deslocamento dos crimes contra os direitos humanos para a esfera federal. Um ponto importante que deve mobilizar os senadores é a súmula vinculante, que obriga as instâncias inferiores a seguirem as decisões do Supremo Tribunal Federal.

A eventual mudança pelo Senado de dispositivos do substitutivo provocará o retorno do texto à Câmara. Como a reforma do Judiciário está sendo feita por meio de uma proposta de emenda constitucional (PEC), não há na sua tramitação no Congresso a figura da Casa revisora. Projetos de lei originários da Câmara e alterados no Senado retornam para apreciação dos deputados, que mantêm ou não as modificações. No caso das PECs, a matéria pode ficar tramitando entre as duas Casas até que haja consenso.

O convite para audiência com procuradores da República partiu do senador Pedro Simon



Procuradores falam sobre a Guerrilha do Araguaia

Os procuradores federais Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta, Felício Pontes e Marlon Weichert estarão amanhã, às 17h30, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado trazendo esclarecimentos sobre as investigações que o Ministério Público

faz a respeito dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. O convite aos procuradores partiu do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O inquérito apura a morte de 68 guerrilheiros que combatiam o regime militar no início da década de 70, no sul do Pará.

CPI das ONGs ouve amanhã deputado Sérgio Carvalho

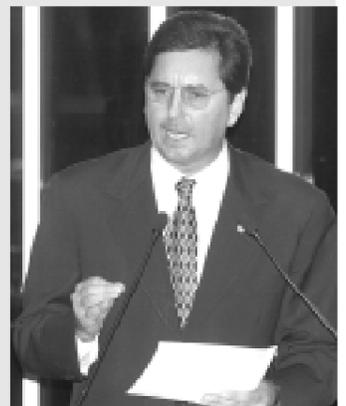
A comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada para apurar denúncias de irregularidades em organizações não-governamentais (ONGs) realiza reunião amanhã, a

partir das 17h30, para tomar o depoimento do deputado Sérgio Carvalho (PSDB-RO), relator da CPI da Câmara dos Deputados sobre a grilagem de terras na Amazônia.

Projeto exclui Goiás, Tocantins e Brasília do horário de verão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se amanhã, a partir das 14h, para examinar em caráter terminativo o projeto de lei de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal. A matéria tem parecer favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Também em caráter terminativo, a CI apreciará substitutivo ao projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que regulamenta o Adicional Tarifário para Linhas Aéreas Regionais Suplementadas. O relator da matéria é o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO). Outro projeto a ser debatido é oriundo da Câmara dos Deputados e dispõe sobre a incidência das contribuições para o PIS/Pasep e



Proposta de Maguito Vilela será examinada amanhã pela Comissão de Serviços de Infra-estrutura

para o financiamento da Seguridade Social nas operações de venda de gás natural e de carvão mineral. A matéria é de iniciativa do presidente da República e tem parecer favorável do senador Fernando Matusalém (PPB-RO).



Conheça os serviços de comunicação do Senado Federal

Acesse: www.senado.gov.br/catalogo_secs



Senado participa de feira do livro em Pernambuco

Estande lança Constituição estadual em braile, além de outras publicações, como “Minha Formação”, do político e pensador pernambucano Joaquim Nabuco. Estudantes recebem a revistinha “Jovem Cidadão”

O Senado Federal participa em Recife, de sexta-feira passada até o próximo dia 28, da 3ª Feira Internacional do Livro de Pernambuco, no Centro de Convenções da cidade. Para ontem, às 17h, estava previsto o lançamento, pelo senador Carlos Wilson (PTB-PE), da Constituição de Pernambuco em braile, entre outros livros, com sessão de autógrafos no local.

Especialmente para a feira, foi atualizado o livro *Dados Biográficos dos Senadores de Pernambuco*, que traz informações sobre todos os senadores que o estado



Carlos Wilson: sessão de autógrafos no estande do Senado

já elegeu desde a inauguração do Senado, no Império. Além dessa publicação, os pernambucanos estão recebendo o *Jornal do Senado* gratuitamente no estande da Casa. As atrações do Senado incluem as transmissões da TV Senado e da Rádio Senado.

O Catálogo de Publicações do Senado traz clássicos das letras nacionais como o livro *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, político e pensador pernambucano. Ao seu lado estarão expostas no estande obras de interesse jurídico e político, a Constituição atualizada, o CD-Rom

com toda a legislação brasileira desde os tempos de colônia e outros textos legais, como o recém-aprovado Estatuto da Cidade, vendidos a preço de custo.

Os alunos das escolas de Recife e região também recebem atenção especial. Cada criança que vai ao estande do Senado ganha a revistinha *Jovem Cidadão* e terá à disposição dois computadores para acessar a página do Senado na Internet.

A participação do Senado na Feira de Pernambuco envolve a Secretaria Especial de Editoração e Publicações, a Secretaria de Comunicação Social, a Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho e o Prodasen, com a coordenação do diretor da Secretaria de Informação e Documentação, Paulo Lustosa.

Obra e pensamento de Nabuco em destaque

Considerada essencial para o conhecimento do Brasil do século XIX e a compreensão do país no século XX, *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, é uma das obras oferecidas no estande do Senado Federal na 3ª Feira Internacional do Livro de Pernambuco.

O livro foi reeditado pelo Conselho Editorial do Senado, integrando a coleção “Biblioteca Básica Brasileira”. Outra obra editada pelo Senado – *Joaquim Nabuco, Revolucionário-Conservador* – aborda o pensamento do autor. O livro é de autoria do professor do Departamento de Ciên-

cia Política da Universidade de Brasília, Vamireh Chacon.

A coleção “Biblioteca Básica Brasileira” é organizada pelo Conselho Editorial do Senado e busca apresentar obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão do país e reflexão sobre seus destinos. Além delas, mais de cem títulos fazem parte do Catálogo de Publicações e estão disponíveis no estande do Senado na feira, todos vendidos a preço de custo.

O Conselho Editorial do Sena-



Joaquim Nabuco: reedição

do oferece clássicos da literatura e do direito brasileiros, ao lado de obras de interesse jurídico e político. Outros expoentes das letras nacionais como Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Padre Antônio Vieira e Capistrano de Abreu estão entre autores de obras publicadas pelo Senado.

O Catálogo de Publicações oferece ainda textos legais, muitos deles textos de leis aprovadas recentemente como a Lei de Responsabilidade Fiscal, comentada, e o Estatuto da Cidade.

Comissão examina reeleição de reitor e lei antidrogas

Os reitores e vice-reitores de universidades, diretor e vice de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior poderão reconquistar o direito de se reeleger ao cargo após mandato de quatro anos. A Comissão de Educação (CE) deverá votar, em caráter terminativo, na sua reunião de amanhã, às 11h30, parecer do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) favorável ao projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que revoga o artigo que impede a reeleição.

Também está na pauta da CE a

análise de emendas apresentadas por Marluce Pinto (PMDB-RR) ao substitutivo de Ricardo Santos (PSDB-ES) que atualiza a legislação sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão ao tráfico ilícito e o uso indevido de entorpecentes e drogas. Seu parecer é pela aprovação de duas emendas de redação das cinco apresentadas.

Na reunião que aprovou o substitutivo ao projeto do deputado Elias Murad (PSDB-MG), realizada terça-feira passada, Ricardo Santos destacou que a legislação

em vigor privilegia “exclusivamente o prisma jurídico”, enquanto o seu substitutivo enfatiza a necessidade de oferecer tratamento social, e não criminológico, ao dependente de substâncias ilícitas.

Também está na pauta parecer do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) favorável ao projeto de Ney Suassuna (PMDB-PB) que denomina de Geralda Freire Medeiros a ponte sobre o Rio Espinharas, na cidade de Patos (PB).



Suplicy apresentou parecer favorável à reeleição

Plenário vota critério para doação a escola comunitária

Os senadores deverão votar na sessão desta quarta-feira substitutivo do senador licenciado José Jorge (PFL-PE) ao projeto da Câmara que define escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, para fins de recebimento de recursos públicos. Ele decidiu modificar o projeto original por considerar que ele não representa um aperfeiçoamento da matéria e, em grande parte, apenas repete, com outros termos, o que já consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Por outro lado, José Jorge resolveu acolher em seu substitutivo algumas sugestões do projeto, como a referência à doação como meio de assegurar a

destinação do patrimônio de escola comunitária, confessional ou filantrópica no caso de encerramento de suas atividades, e a vinculação do caráter não-lucrativo à concessão de gratuidades totais ou parciais a alunos carentes, em valor igual ou superior ao auxílio público recebido. O substitutivo, ao invés de regulamentar o artigo da Lei de Diretrizes e Bases que define as categorias de escolas para regularizar a transferência de recursos públicos, propõe que seja feito um acréscimo à LDB, de forma a facilitar a consolidação da legislação educacional. A matéria foi aprovada pela Comissão de Educação em dezembro do ano passado.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – *Saúde/Unip* – Correção das deformações congênitas
6h30 – *Agenda Econômica* – O economista Roberto Piscitelli, vice-presidente do Conselho Regional de Economia, fala sobre a crise econômica
7h30 – *Entrevista* – O senador Mauro Miranda fala sobre moradia e desenvolvimento urbano
8h – *CPI do Roubo de Cargas* (gravado)
11h30 – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h – *As Cores do Brasil* – Fortes de Recife
12h30 – *Entrevista* – O senador Mauro Miranda fala sobre moradia e desenvolvimento urbano
13h – *Fala Cidadão* – A conexão do Senado com a sociedade
13h30 – *Agenda Econômica* – O economista Roberto Piscitelli, vice-presidente do Conselho Regional de Economia, fala sobre a crise econômica
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 – *Entrevista* – Dom Mauro Moreli fala sobre o combate à fome
19h30 – *Agenda Econômica* – O economista Roberto Piscitelli, vice-presidente do Conselho Regional de Economia, fala sobre a crise econômica
20h30 – *Entrevista* – O senador Mauro Miranda fala

sobre moradia e desenvolvimento urbano
21h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h – Música, informação e serviços
7h30 – *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h – *Senado Primeira Hora* – As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h – Música, informação e serviços
9h30 – *Festa de Arromba* – Nos tempos da Jovem Guarda
Em seguida – Música, informação e serviços
13h30 – *Festa de arromba* – Nos tempos da Jovem Guarda (reprise)
14h15 – *Senado Notícias* – Edição da Tarde
14h30 – Sessão Plenária do Senado
19h30 – *A Voz do Brasil*
20h – Música, informação e serviços
20h30 – *Festa de Arromba* – Nos tempos da Jovem Guarda (reprise)
22h – *Senado Notícias* – Edição da Noite
23h – *Vozes do Século XX*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Mozarildo cobra fiscalização da qualidade dos remédios genéricos

Senador alerta governo sobre riscos a que população está sujeita. Ele pede também controle da propaganda de medicamentos, para assegurar que não seja incompleta, enganosa ou fraudulenta

Moreira Mendes: medida provisória é prejudicial a Rondônia



Moreira Mendes defende mudança imediata em MP

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse na sexta-feira que é necessário fazer de imediato correções na Medida Provisória nº 2.166, que elevou de 50% para 80% a área de preservação ambiental nas propriedades privadas da região amazônica. Para o senador, a nova legislação vai inviabilizar o desenvolvimento de uma grande parte do Brasil, provocando uma fuga em massa de agricultores, que irão, certamente, aumentar ainda mais os bolsões de pobreza das grandes cidades.

Moreira Mendes afirmou que a população de Rondônia tem se manifestado totalmente contrária a essa MP, conhecida pelo seu número original, 2.080. Acrescentou que no fim de semana passada esteve numa festa agrícola no interior do estado, onde ouviu uma música do compositor Ary Santos assumindo posição contrária à medida do governo. Para o senador, a letra da música, que leu em Plenário, traduz o sentimento popular, radicalmente contrário à medida que representa, segundo frisou, um obstáculo ao desenvolvimento do seu estado, eminentemente agrícola.

Há 30 anos, segundo o senador, o governo conclamou agricultores de todo o país a seguir para a Amazônia, a fim de colonizar a região. As pessoas foram sob determinadas regras, entre elas a de preservação de 50% da área ocupada. Não se pode, então, de repente, alterar essas regras e dizer que a área a ser preservada será de 80%, e que as pessoas somente poderão plantar em 20% do seu terreno, comentou.

O estado de Rondônia, segundo Moreira Mendes, tem 250 mil agricultores que vivem principalmente do café, do cacau e da produção de leite. Esses produtores já enfrentam dificuldades com a queda nas cotações dos produtos, sofrendo sérios prejuízos. Com as novas regras de preservação ambiental, o governo simplesmente está piorando em muito a situação difícil vivida por eles, assinalou.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez um alerta ao governo, na sexta-feira, sobre os perigos que a população corre pela utilização em larga escala dos medicamentos genéricos, distribuídos de forma ampla, apoiada em muita propaganda, mas sem o devido controle de qualidade. Segundo o senador, que é médico, é extremamente oportuna a manifestação do Conselho Federal de Medicina pela necessidade de somente serem comercializados remédios, incluindo-se aí os genéricos, com garantia de qualidade, conferida pelo governo.

Mozarildo disse que é muito rara a fabricação de fármacos (maté-



Mozarildo apoiou manifestação do Conselho Federal de Medicina

as-primas usadas para produzir medicamentos) no Brasil. São processos caros, complexos, e geralmente feitos nos países desenvolvidos. Assim, explicou, os fármacos utilizados no Brasil são quase todos importados e aqui manipulados. Mas quem os manipula, observou, não tem condições de saber se o produto é realmente o que diz o rótulo, não sabe o grau de impureza nem a autenticidade.

Na opinião de Mozarildo, a Vigilância Sanitária somente deveria conceder o registro do medicamento após exame da documentação científica, envolvendo análise da toxicidade e das reações secundá-

rias, além da qualidade apregoada no rótulo. Após o registro, seria efetuada a inspeção na fábrica, para avaliar instalações, equipamentos e qualidade técnica da produção. Além do controle da qualidade dos medicamentos, deveria ser feito ainda o controle da propaganda, para garantir que não seja incompleta, enganosa ou fraudulenta.

Mozarildo disse haver no mercado brasileiro algo entre 24 mil e 33 mil marcas de remédios, enquanto a Alemanha tem 15 mil, a Inglaterra, 15 mil, a Espanha, 14,7 mil, a Itália, 13,2 mil, a França, 7,4 mil e a Noruega, somente 1,87 mil – países com índices de saúde muito superiores aos brasileiros.

– Portanto, ter grande quantidade de marcas de medicamentos não implica mais saúde – concluiu.

Tião Viana pede ações em favor do deficiente visual

O senador Tião Viana (PT-AC) fez um apelo ao governo para que adote medidas capazes de reduzir o número de deficientes visuais e de melhorar sua situação no mercado de trabalho. Segundo ele, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 16 milhões de brasileiros possuem limitações visuais graves.

– Decorrente da falta de prevenção ou de tratamento inadequado, o alto número de casos registrados exige uma ação do governo, que deve se refletir em incentivos fiscais ou legais direcionados para inserção dos deficientes visuais no mercado de trabalho e na sociedade brasileira como um todo – propôs.

O senador defendeu a realização de amplo debate sobre o problema

da deficiência visual e suas implicações discriminatórias no mercado de trabalho. No Brasil, disse, a taxa de desemprego entre os portadores de deficiência, em 1999, era o dobro da verificada entre os demais trabalhadores. Ele destacou a importância de decreto pelo qual o governo regulamentou a inserção dos portadores de deficiência física no mercado de trabalho. Para o senador, a partir dessa regulamentação “a consciência do Estado brasileiro parece ter sido despertada para o grave problema das minorias deficientes”.

– A impressão que se tem é a de



Número elevado de deficientes visuais no país preocupa Tião Viana

que o eixo tradicional da política para o portador de deficiência se desloca de uma lógica eminentemente assistencialista para uma outra que privilegia a inserção produtiva no mercado de trabalho, propiciando emprego e renda – observou.

Tião Viana também destacou iniciativas como a do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que anunciou, para este semestre, a distribuição de quatro mil livros didáticos em braile.

Na condição de médico, o senador solidarizou-se com os profissionais pela passagem do Dia do Médico, celebrado na quinta-feira.

Lauro reflete sobre religiosidade e limites do homem

O senador Lauro Campos (PDT-DF) leu na sexta-feira, em Plenário, um texto de sua autoria que trata da religiosidade e do modo de ser do homem, e afirmou que o básico no ser humano é a dúvida, é a consciência dos limites e da fragilidade. Para o senador, ser íntegro, inteiro, coerente e pleno é assumir a dualidade.

“Ao afirmar que não tenho religião, reúno todas as crenças. O santo dos ateus seria o



Lauro: ser íntegro, inteiro, coerente e pleno é assumir a dualidade

mais humilde: me candidato a ser o santo dos ateus” – afirmou.

Uma das partes do texto lido pelo senador diz: “...Para cada desvalia, para cada sofrimento ou cada aflição, existe um santo de plantão: o santo das crianças, o santo dos velhos, o santo dos presidiários... Até mesmo os genocidas e os banqueiros têm seu santo, o que provaria a infinita misericórdia de Deus, se ele, existindo, protegesse

os bons e a corja, praticando, ao nivelar os opostos, estranha e incompreensível justiça. Só os materialistas e ateus não têm santo e, por isso, o santo dos ateus seria o mais humilde e esquecido. Logo, o menos vaidoso, o mais santo deles...”

Lauro Campos acrescentou que vive submetido ao dualismo:

– Sou palco de infindáveis diálogos entre as partes opostas que compõem a minha diversidade. Se eu fosse um homem-cristal, transparência e lucidez, eu seria um cristal quebrado, cindido, dual, porque cristal-homem – afirmou.

Gilvam sugere atenção aos indicadores das regiões pobres



Gilvam: situação da infância melhora, mas há muito a fazer

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) registrou, na sexta-feira, dados do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) sobre a situação mundial da infância. De acordo com o senador, os avanços do Brasil e do mundo são positivos e devem servir de estímulo aos homens públicos para a continuidade e a intensificação de todas as ações que objetivem a dignidade e a melhoria da qualidade de vida das crianças. Ele alertou as autoridades brasileiras, entretanto, de que há um longo caminho a percorrer, principalmente nas regiões menos favorecidas, onde os indicadores são muito inferiores à média nacional.

Gilvam citou declaração da diretora-executiva do Unicef, Carol Bellamy, de que “o investimento na infância é o melhor que uma sociedade pode fazer”. O mais clássico indicador, lembrou, é a mortalidade infantil. O índice mundial caiu de 94 mortes por mil nascidos vivos em 1990 para 81 mortes por mil nascidos vivos em 2000, uma redução de 14%. No Brasil, o índice era de 62 mortes em 1990 e baixou para 40 mortes em 2000, uma queda de 35%, superior à meta de 33% estabelecida pelo Unicef para o período.

O Brasil alcançou alto índice nas matrículas escolares para crianças entre 7 e 14 anos: 96% contra uma taxa de 82% no mundo.

– O resultado é altamente positivo e comparável aos melhores indicadores do Primeiro Mundo. Mas a evasão escolar reduz a matrícula no segundo grau para 36%, afastando o Brasil dos países que efetivamente proporcionam condições para a continuidade de estudo a seus jovens – comentou Gilvam.

Maldaner cobra do governo diálogo com professores

Ministro da Educação, Paulo Renato, evita conversar e teve atitude desrespeitosa ao não comparecer a um encontro com parlamentares que procuravam abrir negociações, afirma o senador

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez apelo em Plenário, na sexta-feira, para que o governo estabeleça diálogo com os professores das universidades federais, que estão em greve há quase dois meses. Maldaner criticou a postura do ministro da Educação, Paulo Renato, que, a seu ver, tem evitado o diálogo. Para o senador, que considera justo o movimento grevista, foi desrespeitosa a atitude de Paulo Renato, que não compareceu a um encontro com parlamentares que procuravam abrir negociações entre o governo e os professores.

— O Ministério da Educação parece não dar a atenção necessária ao problema, uma vez que as preocupações do ministro Paulo Renato, no momento, estão voltadas para a construção de sua imagem como candidato à Presidência da República — disse.

UFSC

Maldaner enalteceu o trabalho desenvolvido pela Universidade



Maldaner: preocupações do ministro estão voltadas para campanha presidencial

Federal de Santa Catarina (UFSC), colocada como a terceira no *ranking* das instituições de ensino superior elaborado pelo Guia do Estudante de 2002. Ele salientou que seis dos cursos oferecidos pela UFSC receberam o grau máximo: enfermagem, jornalismo, engenharia elétrica, mecânica, sanitária e de controle e automação.

De acordo com o senador catarinense, a qualificação e a dedicação exclusiva do corpo docente têm sido fundamentais para o bom desempenho da UFSC. Em contrapartida, lembrou Maldaner, os professores recebem “salários irrisórios, nem sequer suficientes para manutenção de um digno padrão de vida”.

O senador elogiou a instituição, tida como centro de referência, pelo compromisso com a pesquisa.

— Nossa universidade tem 1.665 professores, dos quais 53,5% são doutores e 31% mestres. As publicações técnicas atingem nível elevado — afirmou.

Para Jucá, os dois lados precisam fazer concessões

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu na sexta-feira o diálogo como única solução possível para o impasse entre governo e professores e para pôr fim à greve nas instituições federais de ensino superior. Na avaliação do senador, a concordância do Ministério da Educação em reajustar a Gratificação de Atividade de Ensino (GAE) é claro indicio de que o governo está disposto ao entendimento.

— Os dois lados precisam ceder um pouco, em nome do fim de um movimento que prejudica a sociedade brasileira. Não podemos permitir que os estudantes percam um semestre, nem que



Jucá não admite perda do semestre nem adiamento do vestibular

ocorra a postergação do vestibular nas universidades públicas — afirmou. Romero Jucá também fez apelo ao Executivo para que amplie as condições de funcionamento das escolas técnicas federais. O senador sugeriu aos congressistas que ampliem as dotações do Orçamento da União destinadas àqueles estabelecimentos.

Para Jucá, as escolas técnicas têm ocupado, nos últimos anos, espaços importantes na formação de mão-de-obra qualificada. Um exemplo, continuou, é a Escola Técnica Federal de Roraima, “que tem atuado na transformação da realidade, com a participação de professores e alunos”.

Freire: lei prevê detenção por porte ilegal de arma



Freire sugere rigor contra porte de arma

Pesquisa publicada pela revista *Veja* em sua última edição sobre a violência no Brasil e que aponta Recife como a capital brasileira mais perigosa para se viver levou o senador Roberto Freire (PPS-PE) a cobrar em Plenário, na sexta-feira, a aplicação da lei que exige licença para quem porta armas de fogo. Segundo o parlamentar, a simples aplicação da lei faria com que boa parte da população que anda armada fosse obrigada a entregar a arma, sob pena de ter de enfrentar o rigor da lei, que prevê detenção de um a dois anos para quem não tem a licença.

No caso de Pernambuco, Freire apresentou propostas concretas ao governador Jarbas Vasconcelos: que ele decreta imediata suspensão da concessão de novo porte estadual de arma de fogo e a obrigatoriedade de renovação das permissões já concedidas; que denuncie todos os convênios celebrados por Pernambuco com outros estados, de recíproca validade, envolvendo porte de armas de fogo; e que defina o Grande Recife como área de exclusão de todo tipo de armas, aplicando com rigor, por meio de barreiras e vistorias policiais permanentes, a lei que institui o Sistema Nacional de Armas.

Defensor do fim da venda de armas e do fim do conceito de porte legal, admitindo o uso de armas apenas pelas Forças Armadas e pelos corpos policiais específicos definidos em lei, Roberto Freire lamentou que uma forte resistência inviabilize a aprovação de lei nesse sentido. Enquanto tal lei não vem, observou, deve ser aplicada a lei que proíbe o cidadão de conduzir armas sem o porte legal.

Teotonio aplaude aumento do percentual de álcool na gasolina

A decisão anunciada na última quinta-feira pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso de elevar o percentual de álcool adicionado à gasolina de 22% para 24% foi elogiada pelo senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) na sessão plenária de sexta-feira. Para o senador, a medida servirá de estímulo para o setor sucroalcooleiro “não apenas incrementando, mas também consolidando a indústria do álcool”.

Outra iniciativa elogiada por Teotonio foi a realização, na quinta e sexta-feira, da Conferência Internacional sobre Açúcar e Energia

em São Paulo, com a presença de representantes de 20 países.

— Nós temos o maior programa de energia renovável do mundo e as pessoas que participaram desse encontro podem ser consideradas verdadeiras precursoras de uma nova ordem mundial no setor energético.

Ao fazer uma recapitulação do Programa Nacional do Álcool

(Proálcool), implantado há 26 anos no Brasil, Teotonio lembrou a principal característica do plano, que é a produção de energia renovável sem agressão ao meio ambiente.

— Penso que da mesma maneira que uma crise de energia originou o Proálcool, assim também essa nova crise mundial poderá salvá-lo. É impossível deixarmos morrer o maior programa de combustível alternativo do mundo, que é também, hoje, o mais invejado e copiado no seu setor.

Segundo Teotonio, o álcool é estratégico para o desenvolvimento e pode ser considerado como patrimônio brasileiro. “A decisão de aumentar o teor de álcool à gasolina é a sinalização política que faltava para que os agentes econômicos invistam no setor.”

Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Romero Jucá (PSDB-RR) elogiaram o discurso, concordando com a opinião de que o Proálcool é estratégico para o país.



Teotonio: nova crise mundial pode salvar o Proálcool

Lando defende construção de gasoduto Urucu-Porto Velho

O senador Amir Lando (PMDB-RO) apelou ao governo federal para que execute, com urgência, o projeto de construção do gasoduto desde a província do rio Urucu, no Alto Solimões (AM), até Porto Velho (RO). Em discurso na sexta-feira, Lando explicou que a obra de 550 quilômetros vai gerar energia para toda a região amazônica e, em particular, para os estados de Rondônia e Acre.

— Esse gasoduto, que vai atender à demanda de energia barata para a Região Norte por 30 anos, é vital para o desenvolvimento econômico de alguns estados, como Rondônia, que tem conseguido suprir a energia da população por esforço próprio, como é o caso da eletrificação de 70% da área rural. Essa obra precisa ser feita imediatamente.

diatamente.

Lando criticou as empresas privadas que estão fazendo *lobby* contra a construção do gasoduto por terem interesse

em manter o transporte de combustível na região por barcaças.

— Esses empresários formam verdadeiros guetos e cartórios que apenas querem manter seus privilégios e não pensam no bem comum.

Lando disse que considera danosa essa posição para o estado de Rondônia e para o Norte do país e afirmou que irá lutar contra a ingerência de tais empresas.



Lando diz que lutará contra ingerência de empresas

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti, Gilvam Borges, Lauro Campos, Moreira Mendes e Carlos Patrocínio